



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Janeiro de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	4
Equador	6
Guiana	7
Peru.....	8
Suriname	11
Venezuela	11
OTCA	11

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de janeiro de 2026 foi marcado pela presença de autoridades bolivianas em diversos fóruns multilaterais, com o objetivo de demonstrar como o recente governo vem posicionando a política externa da Bolívia neste início de mandato do presidente Rodrigo Paz. Destacou-se a participação do ministro das Relações Exteriores, Fernando Aramayo, no Fórum Econômico Mundial de Davos, realizado na Suíça. A estratégia boliviana não se limitou a projetar o país como destino atrativo de investimentos, mas também como um ator relevante no processo de transição energética global. Em seu discurso, Aramayo enfatizou a corresponsabilidade dos Estados, setor privado e sociedade civil no enfrentamento dos novos desafios climáticos do século XXI [1].

A proposta boliviana foi estruturada em três compromissos estratégicos. O primeiro refere-se à reativação das cadeias de valor ligadas à transição energética, com ênfase na transferência tecnológica, no desenvolvimento de capacidades industriais e na geração de maior valor agregado para superar modelos econômicos tradicionalmente extrativistas. Em segundo lugar, o país defende a criação de mecanismos financeiros inovadores que reconheçam e remunerem os serviços ecossistêmicos, a estabilidade social e o fornecimento de energia limpa, privada e sustentável, incorporando critérios de justiça climática e de responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores envolvidos. O terceiro compromisso consiste na consolidação de parcerias público-privadas voltadas à formação técnica e científica, buscando articular educação, inovação e geração de emprego de alta produtividade nos setores de energia renovável, armazenamento energético e eficiência energética [1].

Assim, a Bolívia buscou demonstrar, em Davos, sua capacidade de contribuir com soluções concretas em um contexto internacional marcado pela desaceleração econômica e pela fragmentação geopolítica. Esse posicionamento foi reforçado pelo presidente Paz em seu discurso no Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe, realizado na Cidade do Panamá e organizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) no dia 28 de janeiro. Em sua fala de abertura, o presidente destacou três eixos centrais da política boliviana: planejamento para o desenvolvimento, integração regional e proteção ambiental [2]. Ao abordar a integração regional, enfatizou a importância do fortalecimento dos investimentos e da cooperação na América Latina e Caribe, caracterizando a região como particularmente propícia ao diálogo, à convergência e à transparência. No eixo ambiental, Paz ressaltou que o desenvolvimento regional deve estar necessariamente vinculado à sustentabilidade, conciliando

o crescimento econômico, proteção ambiental e o uso responsável dos recursos naturais. Nesse contexto, Paz apresentou a proposta de construção de uma “Bolívia Verde”, na qual o desenvolvimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida não sejam objetivos contraditórios, mas complementares [2].

Ao final do mês, algumas ações concretas ganharam destaque e dialogaram diretamente com os discursos proferidos pelas autoridades nos fóruns multilaterais ao longo de janeiro. A primeira foi a visita da delegação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ao Ministério do Desenvolvimento Produtivo, Rural e de Água [3]. As partes concordaram em acelerar projetos em andamento ou em fase de implementação vinculados ao Fundo Verde para o Clima (FVC), com o objetivo de fortalecer a produção sustentável e enfrentar os impactos das mudanças climáticas na Bolívia. Segundo nota do Ministério, o FVC se constitui como um dos principais mecanismos financeiros internacionais de apoio aos países em desenvolvimento na luta contra as mudanças climáticas, por meio do financiamento de projetos. Na Bolívia, esses investimentos alcançam cerca de US\$33 milhões e estão voltados à promoção da segurança alimentar, à gestão sustentável de florestas e solos e à adaptação dos sistemas produtivos diante das mudanças climáticas extremas [3].

Outra notícia de destaque refere-se ao encontro entre o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), no qual foram apresentados os avanços do projeto “*Vulnerabilidades y adaptaciones a los cambios en la disponibilidad de recursos hídricos en la cuenca transfronteriza Pilcomayo-Gran Chaco*”[4]. Durante a reunião, o vice-ministro Carlos Paz Ide reafirmou o compromisso da Bolívia com o desenvolvimento científico e ressaltou a relevância do projeto para a promoção da cooperação científica internacional na gestão sustentável da bacia do rio Pilcomayo. Além disso, a autoridade boliviana destacou a disposição do Estado em continuar fortalecendo a cooperação internacional em pesquisa científica, “ressaltando que esses esforços não apenas geram conhecimento técnico de alta qualidade, mas também contribuem para o desenvolvimento de capacidades humanas, a proteção ambiental e o bem-estar das populações que habitam a bacia do Pilcomayo” [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/01/19/24073/>

[2] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21079>

[3] Disponível em: <https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/01/28/bolivia-acelera-proyectos-del-fondo-verde-del-clima-por-us-33-mm/>

[4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/01/29/24144/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Não foram registrados eventos políticos relevantes envolvendo o Presidente da República ou o Ministério de Relações Exteriores no que se refere à Pan-Amazônia, em janeiro de 2026, para além de condenações à intervenção dos EUA na Venezuela, a qual resultou no sequestro do presidente Nicolás Maduro. Entretanto, no que se refere à agenda de desenvolvimento sustentável, o mês foi marcado, no dia 4, pelo vazamento de 18 mil litros de um fluido de perfuração na sonda utilizada pela Petrobras para explorar o poço Morpho, na Bacia da Foz do Amazonas, em busca de petróleo. A empresa emitiu uma nota afirmando que o líquido era biodegradável e não causaria danos ao meio ambiente, mas paralisou as atividades para investigar as causas do acidente [1]. Por sua vez, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou a realização de uma auditoria, em fevereiro, para verificar as condições de segurança da sonda. O Ibama e o Ministério Público Federal solicitaram maiores detalhes do vazamento à Petrobras, ao passo que organizações ambientais da sociedade civil voltaram a reivindicar a suspensão da licença da empresa para explorar petróleo na Foz do Amazonas [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2026/01/07/vazamento-paralisa-perfuracao-da-petrobras.ghtml>

[2] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2026/01/28/apos-vazamento-sonda-da-petrobras-na-foz-do-amazonas-passara-por-auditoria/>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 18 de janeiro, um conflito entre dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) deixou cerca de 27 mortos no estado de Guaviare. O confronto entre os grupos aconteceu graças à disputa por uma região estratégica em meio à Amazônia colombiana. Esta, conhecida pela elevada produção de coca, também é utilizada por grupos paramilitares

como polo de tráfico de cocaína [1]. Segundo o governo, o conflito aconteceu entre grupos do Estado Maior Central (EMC), que se separaram das FARC após o acordo de paz de 2016. As duas principais lideranças do EMC são os rivais Néstor Gregorio Vera, conhecido como Iván Mordisco, e Alexander Díaz Mendoza, ou Calarcá.

A subdivisão do EMC entre EMC-Mordisco e EMC-Calarcá não se limita ao nome. Dentre os principais pontos de divergência entre os dissidentes está a negociação de paz com o governo de Petro. Enquanto Mordisco abandonou o processo e utiliza regiões amazônicas como moeda de negociação, Calarcá se apresenta como uma liderança que mantém diálogos com o governo [1]. É válido ressaltar a centralidade de ambas as agendas para Petro. Desde sua eleição, o presidente defende as negociações de paz, ou a Paz Total, como principal meio de enfrentamento dos grupos paramilitares, enquanto busca promover diversas políticas de enfrentamento ao desmatamento, garimpo e exploração ilegal na Amazônia. O conflito entre os dissidentes aponta para uma dificuldade enfrentada por Petro em duas frentes: a luta contra os grupos paramilitares e a degradação da região amazônica.

No dia 19 de janeiro, o governo colombiano lançou uma consulta pública para definir as ações prioritárias para a implementação do Acordo de Escazú [2]. A consulta tem como objetivo reunir contribuições de cidadãos, comunidades, grupos étnicos, academia, autoridades territoriais e outras partes interessadas em fortalecer o acesso à informação ambiental e a proteção dos defensores ambientais. Por meio da consulta, será construído um Roteiro de Ações Estratégicas, que será o instrumento de implementação do Acordo de Escazú. As áreas prioritárias do documento incluem: a proteção integral dos defensores dos direitos humanos em questões ambientais; o acesso efetivo à justiça ambiental e a garantia do princípio da não regressão na proteção dos direitos ambientais; a prevenção dos danos ambientais e a superação de injustiças históricas; o fortalecimento do acesso à informação ambiental; a promoção de participação pública; a incorporação da abordagem dos direitos humanos ambientais em ações de planejamento [2]. A implementação do Acordo de Escazú é especialmente importante na Colômbia, já que o país foi identificado como o que mais matou defensores ambientais, em 2023, no último relatório divulgado sobre o tema pela organização Global Witness [3].

Referências

[1] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/18/combate-entre-grupos-guerrilheiros-rivais-deixa-27-mortos-na-colombia.ghtml>

[2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-convoca-consulta-publica-para-definir-hoja-de-ruta-para-implementar-el-acuerdo-de-escazu/>

[3] Disponível em: <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/missing-voices/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 7, foi divulgado pela imprensa do Equador que o governo de Daniel Noboa renegociou o contrato da petroleira chinesa *Petro Oriental* para a exploração do Bloco 14, localizado na província de Orellana [1]. O contrato permite que a região, a qual coincide com o território do Parque Nacional Yasuní, seja explorada até 2040 com aporte de investimentos que podem chegar a US\$ 36 milhões. Segundo o Ministério de Ambiente e Energia, esses recursos serão destinados a novas atividades exploratórias, incremento da produção, programas sociais e ações de compensação para as comunidades que residem na Amazônia equatoriana. O novo contrato prevê uma participação estatal superior a 86% da renda petroleira.

Também foi anunciado que as empresas *Andes Petroleum Ecuador*, com participação de capital chinês, e *Gran Tierra Energy*, de origem canadense, somarão mais de 4.000 barris diários de petróleo à produção nacional após a abertura de três novos poços nas províncias de Sucumbíos, conforme comunicado do Ministério do Ambiente e Energia do Equador [2][3]. As atividades se concentrarão no poço exploratório de Johanna Sur 1, localizado na região Sudoeste do Bloco 62 – Tarapoa, no Bloco 50 – Charapa e nos poços Conejo A-01 e Conejo A-02. A empresa *Gran Tierra Energy* atualmente opera os Blocos 50 – Charapa, 51 – Chanangué e 89 – Iguana; já a *Andes Petroleum* opera o Bloco 62 – Tarapoa.

Além disso, em 9 de janeiro de 2026, a *Comisión de Biodiversidad* da Assembleia Nacional do Equador analisou os avanços do cumprimento da sentença judicial que determinou o desmantelamento progressivo dos *mecheros* (tochas de queima de gás) na Amazônia, emitida em 2021[4]. Segundo informações apresentadas pela Petroecuador, 172 dos 424 *mecheros* existentes já foram apagados e desmontados, o que representa 41% de avanço, com a primeira fase — retirada daqueles que estavam próximos a áreas povoadas — concluída integralmente. A Comissão decidiu convocar autoridades ambientais, de saúde e de controle para aprofundar o acompanhamento das medidas exigidas pela decisão judicial, a qual deve ser cumprida até 2030.

No plano multilateral, entre os dias 12 e 13 de janeiro, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) promoveu um diálogo com autoridades do Brasil, Peru e

Equador sobre estratégias para aprimorar os sistemas de proteção territorial indígena na região amazônica [4]. Durante o evento, os participantes analisaram as conexões existentes entre as atividades ilícitas, como mineração, e iniciativas promovidas por movimentos indígenas para coibir estas práticas em articulação com instituições governamentais. Representando o Equador, participaram representantes vinculados à Direção de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado, do Ministério de Saúde Pública e membros do *Colectivo de Mujeres Amazónicas* e da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana* (CONFENIAE).

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/contrato-petrolera-china-petrooriental-bloque14-yasuni-113276/>
- [2] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/banco-pacifico-credito-empresas-pymes-consumo-hipotecarios-115484/>
- [3] Disponível em: <https://www.teleamazonas.com/actualidad/noticias/economia/tres-nuevos-pozos-incorporan-4-000-barriles-diarios-produccion-petrolera-ecuador-109185/>
- [4] Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ec/es/node/112211>
- [5] Disponível em: <https://www.unodc.org/cofrb/pt/noticias/2026/01/unodc-promove-articulacao-regional-entre-brasil--peru-e-equador-para-a-protecao-de-territorios-indigenas-na-amazonia.html>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No mês de janeiro de 2026, uma operação de cunho policial resultou na prisão de aproximadamente 200 pessoas na região amazônica conhecida como Escudo das Guianas. O resultado foi fruto da cooperação entre a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa e o Brasil — todos países amazônicos —, com suporte fornecido pela *Interpol*¹. A operação teve a finalidade de combater a mineração ilegal na região amazônica, mais especificamente no Escudo das Guianas, que batizou a operação².

A mineração ilegal afeta a floresta e as comunidades que dela dependem. O uso de mercúrio deixa resíduos nocivos na água, contaminando organismos aquáticos, que posteriormente tornam-se alimentos para os seres humanos [1]. Entretanto, um fator que fomenta diretamente a prática ilegal é o preço do ouro no mercado mundial. O aumento dos locais de mineração criminosa aparenta aumentar conforme o preço do ouro se eleva, o que

¹ *International Criminal Police Organization* (Organização Internacional de Polícia Criminal - tradução nossa).

² Operação Escudo das Guianas — *Guyana Shield Operation*.

sugere uma relação direta entre as dinâmicas da economia internacional e a saúde de habitantes da Amazônia. Essa relação está diretamente permeada por eventos geopolíticos recentes, principalmente no que tange as incertezas sobre a solidez da hegemonia americana durante o segundo governo Trump e o papel do dólar nessa estrutura. Assumindo essa conexão, torna-se razoável supor que os países amazônicos estão diante de uma possível “corrida do ouro” — em suas devidas proporções — para aumentar reservas do metal, o que tende a complexificar o desafio de combater a mineração ilegal na Pan-Amazônia [1] [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.wsls.com/news/world/2026/01/22/interpol-backed-police-make-nearly-200-arrests-in-amazon-region-gold-mining-sweep>.

[2] Disponível em: <https://www.reuters.com/business/finance/gold-races-5100-record-peak-safe-haven-demand-2026-01-26/>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O primeiro mês de 2026 não apresentou grandes novidades para o setor da política externa peruana destinado a promover articulações com outros Estados e com organizações transnacionais com o fim de atrair investimentos para projetos de preservação da Amazônia. Contudo, algumas iniciativas no âmbito doméstico, coordenadas principalmente pelo Ministério do Ambiente (MINAM), merecem atenção.

No âmbito internacional, no dia 29 de janeiro, houve um encontro entre os ministros das Relações Exteriores do Peru, Hugo de Zela, e do Brasil, Mauro Vieira, mas a pauta ambiental não esteve entre as prioridades discutidas [1]. Em contrapartida, o governo peruano reforçou sua parceria com a Alemanha e o Japão em projetos voltados para a preservação da floresta.

Foram assinados convênios entre o Ministério do Ambiente do Peru (MINAM) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), que visam a ampliar a cooperação técnica e financeira em políticas florestais, climáticas e de conservação. Esses acordos, que fazem parte de diferentes projetos, como o ProAmbiente, o CAPAC e o NDC Perú II, buscam fortalecer capacidades institucionais, mecanismos de coordenação e instrumentos para implementar medidas de adaptação e mitigação do clima, promover o desenvolvimento urbano sustentável e conservar os ecossistemas, incluindo o manejo sustentável de grandes áreas florestais e a rastreabilidade da madeira. A parceria, com mais de seis décadas de história, busca ainda apoiar

o cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas no âmbito do Acordo de Paris [2].

O MINAM anunciou também que sua parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) se estenderá até 2027. Por meio do projeto *ProBosques e Humadales*, a agência japonesa tem tido um papel chave para o desenvolvimento técnico de profissionais peruanos comprometidos com a conservação dos 5,5 milhões de hectares de áreas úmidas da floresta dentro do território peruano. Essas áreas são consideradas fundamentais para a regulação climática, devido ao armazenamento de carbono, além de serem grandes reservatórios de água [3].

No âmbito doméstico, algumas ações merecem destaque. Visando a ampliar os mecanismos de participação popular nas decisões governamentais, o MINAM iniciou um processo de consulta pública para um projeto de diretrizes que busca integrar medidas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas nas políticas e nas estratégias de todas as entidades públicas. A proposta, formalizada em resolução ministerial, pretende fortalecer a resposta estatal à crise climática, garantindo que decisões públicas considerem de forma preventiva e participativa os impactos sobre o clima e contribuam para reduzir a vulnerabilidade da população e as emissões de gases de efeito estufa. O documento ficará disponível por 15 dias para receber comentários e contribuições da sociedade antes de sua aprovação final [4].

Além disso, no dia 22 de janeiro, o MINAM, em conjunto com os governos regionais da Amazônia peruana, realizou uma oficina técnica para avançar na implementação do “*Paquete País del Perú: Acción Climática por los Bosques y la Naturaleza (2026–2030)*”, uma estratégia nacional voltada à proteção das florestas, à redução das emissões de gases de efeito estufa e ao fortalecimento da governança ambiental nos territórios amazônicos. O encontro permitiu alinhar prioridades, definir linhas de ação e reforçar a articulação entre o nível nacional e o regional, com o objetivo de cumprir compromissos climáticos do Peru, mobilizar cooperação internacional e promover um desenvolvimento sustentável baseado na conservação dos ecossistemas amazônicos [5].

Por fim, com o objetivo de combinar desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia, no dia 28 de janeiro, o MINAM liderou a primeira reunião do comitê consultivo que tem como objetivo impulsionar modelos produtivos sustentáveis de café e cacau na região. O intuito é promover práticas agrícolas que reduzam o desmatamento e a degradação do solo e fortaleçam as cadeias de valor desses produtos. A iniciativa, vinculada ao projeto Cadeias de Valor Livres de Desmatamento na Amazônia Peruana (FOLUR) e com apoio de organismos como o Fundo

Global para o Meio Ambiente (GEF) e o PNUD, pretende beneficiar produtores das regiões de Amazonas, Cajamarca, Loreto e San Martín [6].

Quanto ao MRE, não foram registradas medidas significativas tomadas pela pasta que tenham impacto direto na preservação da Amazônia ao longo do mês de janeiro, com a exceção de uma visita oficial feita em conjunto com o Ministério da Defesa às localidades fronteiriças de Santa Rosa e Cabaloccocha, na região de Loreto. O objetivo foi fortalecer a presença do Estado peruano em uma área estratégica da Amazônia, tendo um enfoque maior em questões de defesa do que em questões ambientais, embora o controle das fronteiras seja uma iniciativa fundamental para evitar crimes que afetam a biodiversidade da floresta [7].

As comunidades indígenas, a propósito, são quase sempre as mais afetadas pela insegurança nessas áreas, propiciada pela ausência do Estado. Esse é o caso, por exemplo, da comunidade Bellavista Callarú, situada na região de Loreto, mais especificamente na tríplice fronteira com Brasil e Colômbia, e composta majoritariamente por indígenas da etnia tikuna. No dia 28 de janeiro, as lideranças comunitárias articuladas com um prefeito local lançaram um documento no qual dão um prazo de 30 dias para que o Estado implemente medidas concretas de segurança e serviços públicos básicos na área [8].

A comunidade reclama da falta de polícia, de um sistema de Justiça, de serviços de saúde adequados e de infraestrutura educacional. Relatam ainda que essa ausência estatal abriu espaço para a atuação de organizações criminosas, associadas ao narcotráfico, que estariam operando com impunidade, gerando violência, assassinatos, extorsão e ameaças. Os moradores também denunciam isolamento econômico, pois a moeda peruana quase não circula na comunidade, sendo substituída por reais brasileiros e pesos colombianos nas transações cotidianas. O líder comunitário Desiderio Flores Ayambo declarou que, caso o governo não responda de forma concreta dentro do prazo de 30 dias, a comunidade considerará alternativas drásticas, incluindo a possibilidade de reivindicar a incorporação ao território do Brasil [8].

Portanto, observamos que, no início de 2026, se mantém o histórico de baixa transversalidade das políticas ambientais, que estão concentradas quase que exclusivamente no MINAM, e de intensos conflitos socioambientais na Amazônia peruana.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1343327-canciller-de-brasil-realizo-una-visita-oficial-al-peru-para-fortalecer-y-proyectar-la-relacion-bilateral>

- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1343265-peru-y-alemania-reafirman-alianza-para-fortalecer-la-gestion-ambiental-y-la-proteccion-de-la-biodiversidad>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1337959-gobierno-refuerza-la-conservacion-de-los-bosques-y-humedales-amazonicos-con-apoyo-de-japon>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1334558-minam-inicia-consulta-publica-para-integrar-el-enfoque-climatico-en-diversas-politicas-del-estado>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1339093-minam-y-regiones-amazonicas-trabajan-en-la-implementacion-del-paquete-pais-en-taller-tecnico>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1342501-minam-articula-acciones-para-impulsar-el-cafe-y-cacao-sostenibles-en-la-amazonia>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1343327-canciller-de-brasil-realizo-una-visita-oficial-al-peru-para-fortalecer-y-proyectar-la-relacion-bilateral>
- [8] Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/comunidade-indigena-do-peru-da-ultimato-ao-governo-e-ameaca-se-juntar-ao-brasil>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Não houve acontecimentos considerados relevantes no Suriname durante o mês de janeiro de 2026. A única questão relacionada à temática deste monitor foi a operação policial realizada em conjunto com Guiana, Guiana Francesa e Brasil, no Escudo das Guianas. Esse evento está descrito na seção sobre a Guiana, nesta mesma edição.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em janeiro de 2026, não foram registradas ações relevantes na agenda política venezuelana com relação ao território amazônico. A ausência de operações e declarações foi decorrente do impacto da captura do presidente Nicolás Maduro, em 3 de janeiro, pelo governo estadunidense. A vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu o posto de Maduro e vem buscando estabilizar o cenário doméstico por meio de ajustes no regime chavista, com consequências ainda em andamento. O presidente dos EUA, Donald Trump destacou, em pronunciamento, que um dos objetivos com a intervenção era facilitar o controle do petróleo venezuelano pelos EUA.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 19 de janeiro, o Observatório Regional da Amazônia divulgou que os focos de calor na região diminuíram aproximadamente 70% em 2025 em relação aos anos de 2023 e

2024 [1]. Os dados revelam que as grandes chuvas, provocadas pelo fenômeno climático *La Niña*, criam condições menos favoráveis à ocorrência de incêndios na Amazônia. Contudo, as ações humanas ainda respondem por grande parte dos focos de calor devido a práticas de desmatamento, manejo de pastagens com uso de fogo e a fragmentação florestal. Pensando no compartilhamento de informações sobre o Manejo Integral do Fogo (MiF), a OTCA lançou a plataforma ExpoMIF que reúne informações sobre boas práticas realizadas por diferentes comunidades e instituições na Amazônia e outras regiões.

A ferramenta reúne dados sobre governança para a sustentabilidade, inovações digitais, comunicação e sensibilização, fortalecimento de capacidades e práticas de manejo do fogo. O dispositivo contou com o financiamento da GIZ e da agência de cooperação suíça COSUDE, por meio do Projeto CoRAmazonia, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da FAO/*Global Fire Management Hub* e do Programa Amazônia+ da União Europeia.

No dia 26, autoridades da Embaixada da Colômbia no Brasil e da OTCA se reuniram para debater ações estratégicas para a conservação da Amazônia [3]. O embaixador colombiano Alfredo Saade pontuou que a proteção do bioma não é apenas uma responsabilidade regional, mas um imperativo global. Durante a reunião, os participantes discutiram os impactos da atuação de organizações criminosas transnacionais na região, a propagação de crimes ambientais e a necessidade de ações coordenadas para enfrentar tais problemas. Saade comentou a proposta do presidente Gustavo Petro de estabelecer um centro de operações policiais internacionais em Letícia, no departamento do Amazonas (semelhante ao que fora inaugurado em Manaus, no Brasil, em setembro de 2025).

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/focos-de-calor-na-amazonia-caem-70-em-2025/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lanca-plataforma-regional-expomif-sobre-manejo-integral-do-fogo-na-amazonia/>